

WWW.SLEDITORA.COM



JULHO DE 2022 V.4 N.7

SL EDUCACIONAL

DATA DE PUBLICAÇÃO: 20/07/2022

**ARTIGOS ORIGINAIS
VOLTADOS À
EDUCAÇÃO**



SL EDITORA

Revista SL Educacional

N° 7

Julho 2022

Publicação

Mensal (julho)

SL Editora

Rua Fabio, 91, casa 13 – Chácara Belenzinho 03378-060

São Paulo – SP – Brasil

www.sleditora.com

Editor Chefe

Neusa Sanches Limonge

Projeto Gráfico e capa

Lucas Sanches Limonge

Diagramação e Revisão

Rafael Sanches Limonge

Revista SL Educacional – Vol. 4, n. 7 (2022) - São Paulo: SL
Editora, 2022 – Mensal

Modo de acesso: <https://www.sleditora.com/>

ISSN 2675-4193 (online)

Data de publicação: 20/07/2022

Educação 2. Formação de Professores

CDD 370

CDU 37

Renato Moreira de Oliveira – Bibliotecário - CRB/8 8090

SUMÁRIO

DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM: DISLEXIA EM SALA DE AULA	
Rita Maria Araújo Rodrigues.....	4
MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Elaine Cristina Martins Bera Jesus.....	13
A EDUCAÇÃO COMPARADA COMO CONTRIBUIÇÃO NOS PROCESSOS FORMATIVOS DOS EDUCADORES	
Angelica Anunciação Da Silva.....	23

DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM: DISLEXIA EM SALA DE AULA

Rita Maria Araujo Rodrigues

“Uma correta organização da aprendizagem da criança conduz ao desenvolvimento mental, ativa todo um grupo de processos de desenvolvimento “

(Vygotsky)

Resumo

O presente trabalho visa contribuir para uma melhor compreensão sobre a dislexia, norteando o educador para saber como proceder ante um aluno disléxico em sala de aula é endereçado não somente aos professores, mas também aos pais, a equipe escolar e aos disléxicos. A dislexia é um dos entraves educacional que compromete a escrita, a capacidade de ler, de entender e dificulta a aprendizagem. Para que seu desempenho na vida escolar não seja prejudicado é necessário que as pessoas de seu convívio (pais e professores), conheçam seu distúrbio para saber como avançar no dia a dia com esta criança o educador não precisa ser um conhecedor profundo da dislexia, porém é necessário ter os conhecimentos essenciais sobre distúrbios da aprendizagem, para que assim saiba como proceder para que o aluno disléxico, não tenha seu rendimento tão defasado por conta da dislexia.

Palavras-Chave: dislexia, professor, escola

ABSTRACT

The present work aims to contribute to a better understanding about dyslexia, guiding the educator to know how to proceed before a Dyslexic student in classroom is addressed not only to teachers, but also to parents, school staff and the Dyslexic. Dyslexia is one of the educational barriers that compromise the writing, the ability to read, understand and makes learning. For his performance in school life not adversely affected the people of its conviviality (parents and teachers), meet your condition to learn how to move on with this child the educator does not have to be a profound connoisseur of dyslexia, but you must have the essential knowledge about learning disorders, so they know how to go about the Dyslexic student , does not have their income as outdated because of dyslexia.

Key-words: dyslexia, professor, school.

1. INTRODUÇÃO

A Dislexia é considerada um agravante no ambiente escolar, um entrave educacional que compromete a capacidade de ler, de entender as palavras manuscritas ou impressas, de escrever e de soletrar palavras. A falta de informação e o desinteresse por parte de alguns profissionais dificultam o diagnóstico.

Na literatura educacional existem exemplos de intervenções que surtem efeito satisfatório no processo ensino aprendizagem dos disléxicos. A dislexia é caracterizada como um transtorno genético e hereditário da linguagem, de origem neurobiológica que afeta a eficácia na aquisição da leitura, da escrita e da compreensão de textos.

O transtorno de leitura, se apresenta no aluno e é diagnosticada no início do ensino fundamental, por apresentar dificuldade de ler e escrever e requerem uma intervenção paciente e encorajadora dos que têm a vocação de ensinar e que nos leva a entender que as diferenças linguísticas, são um desafio a todo profissional.

A lei educacional brasileira não é específica quanto aos distúrbios de aprendizagem ou a dislexia, referindo-se apenas à inclusão escolar como direito de qualquer cidadão. Diz o texto da constituição da república federativa do Brasil de 1988 (BRASIL 1988) (Art. 205) “ A educação direito de todos e dever do Estado e da família”..., Art. 208, inciso III atribui ao Estado, o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. O texto da constituição fala de “deficiência”. O disléxico é portador de uma dificuldade, não de uma deficiência.

Esta pesquisa tem por finalidade, contribuir com os profissionais da área da educação, que o trabalho pedagógico deve ser voltado para atender as suas especificidades. Segundo MYKLEBUST, (1962, apud NICO, 2001, p.22) a dislexia é uma desordem de linguagem que impede a aquisição de sentido por intermédio das palavras escritas, por causa de uma deficiência na habilidade de simbolização. As limitações derivam de disfunções cerebrais manifestadas por perturbações na cognição, não são, portanto, atribuídas a impedimentos motores, sensoriais, intelectuais ou emocionais, tão pouco ao ensino adequado ou falta de oportunidade.

A dislexia afeta a interpretação da leitura e a escrita desses alunos, contudo, eles possuem outras habilidades como a criatividade, a imaginação e o raciocínio aguçado, tendo aptidão para outros conteúdos.

Portanto é importante verificar as causas e as características para que o profissional da educação possa trabalhar a questão procurando formas pedagógicas que possam ajudar as crianças no processo de desenvolvimento cognitivo, favorecendo a aprendizagem.

Deste modo, os resultados serão satisfatórios no processo de letramento e sua inserção nas práticas sociais.

1.1 OBJETIVO

Contribuir para uma melhor compreensão dos profissionais no processo ensino aprendizagem dos alunos com dislexia, procurando formas pedagógicas que possam ajudar as crianças no processo de ensino aprendizagem.

1.1.1 OBJETIVO GERAL

No processo de alfabetização, fica mais evidente o distúrbio. No entanto facilita ao profissional e a família perceber a dificuldade da criança que manifesta este distúrbio.

1.1.2 OBJETIVO ESPECÍFICO

Analisar como os profissionais da educação trabalham com alunos diagnosticados com dislexia.

1.2 JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa tem por finalidade, contribuir com os profissionais da área da educação. O trabalho pedagógico deve ser voltado para atender as especificidades do aluno com dislexia.

É relevante compreender que a dislexia é um distúrbio de aprendizagem que afeta crianças em todos os níveis educacionais e dificulta a leitura e escrita.

Segundo MYKLEBUST (1962, apud NICO, 2001, p.22) “A dislexia é uma desordem de linguagem que impede a aquisição de sentido por intermédio das palavras escritas, por causa de uma deficiência na habilidade de simbolização. As limitações na linguagem escrita são demonstradas por uma discrepância entre a aquisição real e a esperada. Essas limitações derivam de disfunções cerebrais manifestadas por perturbações na cognição, não são, portanto, atribuídas a impedimentos motores, sensoriais, intelectuais ou emocionais, tão pouco ao ensino adequado ou falta de oportunidade”.

Dislexia, antes de qualquer definição, é um jeito de ser e aprender; reflete a expressão de uma mente muitas vezes capaz de perceber e compreender rapidamente fatos, mas que aprende de maneira diferente.

Por mais trabalhoso que seja, o professor deve orientar todos os alunos, da melhor forma possível, procurando formas pedagógicas que possam ajudar as crianças no processo de desenvolvimento, oferecendo-lhes informações que enriqueçam seu conhecimento e sua aprendizagem.

2. DISLEXIA

Segundo ORTON, (1925, apud Souza, de Jozana (2011) dislexia é uma dificuldade que ocorre no processo de leitura, escrita, soletração e ortografia. Em 1896 foi descrito o primeiro caso de dislexia. Orton (1925), apud Souza de Jozana (2011) a dislexia é uma dificuldade que ocorre no processo de leitura, escrita e soletração e ortografia. Orton via os distúrbios de leitura como integrante dos distúrbios da linguagem. O método Gillingham, é divulgado para crianças com distúrbios de leitura e é baseado em um específico técnica de estudar, interpretar e ensino de línguas. O método foi projetado para ajudar os alunos a entender a natureza e os princípios da linguagem, e os processos utilizados para ensinar os alunos no processo de aprendizagem.

A Dislexia não é uma doença, mas um distúrbio com uma série de características como: dispersão, dificuldades com a matemática, lentidão na aprendizagem da leitura, dificuldades de associar os fonemas aos grafemas, etc.

É importante citar que a dislexia se torna evidente na época da alfabetização e o diagnóstico deverá ser realizado por uma equipe multidisciplinar (psicólogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos realizando diversos testes.

De acordo com citado acima, Myklebust (1962) é uma desordem de linguagem que impede a aquisição de sentido intermédio das palavras escritas (...) ausência de distúrbios cognitivos fundamentais, a criança falha no processo de aquisição da linguagem. A dislexia independe de causas intelectuais, emocionais ou culturais. É hereditária e a maior incidência é em menino na proporção de três para um (ou seja, a cada três meninos que nascem com dislexia, apenas uma menina nasce disléxica.

A autora Maria Angela Nico (2001) confirma que a dislexia pode aparecer de repente na vida adulta e que é chamada de “dislexia adquirida”, ou afasia que se difere da dislexia de desenvolvimento, que é hereditária e congênita.

Após várias leituras acredita-se que a dislexia sem causas definidas ainda, é um problema neurológico, genético e geralmente hereditário que se caracteriza pela intensa dificuldade na leitura, escrita se soletração.

A dislexia é considerada pela maioria dos profissionais que estudam o assunto como a causa mais frequente do baixo rendimento escolar. NICO (2001), os disléxicos apresentam alguns desses sinais: lentidão na aprendizagem mecânica da leitura e escrita, trocas ortográficas, mas dependem do tipo de dislexia, salta linhas, acompanha a linha da leitura com os dedos, dificuldade em matemática, desenho geométrico e em decorar sequências, demora na realização dos trabalhos de casa, dificuldade de expressão: vocabulário pobre, frases curtas, estrutura simples, sentenças vagas, pode evidenciar capacidade acima da média em áreas como: desenho, pintura, música, teatro, esporte, etc. Apresentam dificuldades relacionadas à leitura e à escrita, confundem j / g, m / n, p / q, d / b, fazem a substituição de uma palavra por outra, copiam de forma errada as palavras mesmo observando na lousa ou no livro como são escritas, dificuldade em reconhecer nomes próprios, de objetos, demora em realizar suas tarefas, demora na aquisição da leitura, dificuldades em cálculos mentais, dificuldades, dentro outras.

O disléxico necessita de tratamento especializado e diferenciado na escola, sendo direcionado para um atendimento educacional especializado. O ambiente escolar deve ser de apoio e estratégias de ensino, compreensão, proporcionando condições para que o aluno disléxico consiga superar as dificuldades no processo de letramento.

2.1 O DISLÉXICO E SEUS DIREITOS

O disléxico é contemplado no Atendimento Educacional Especializado, o que favorece o desenvolvimento de suas potencialidades.

A inclusão do aluno disléxico na escola, como portadora de necessidade especial, está garantida por diversos textos legais. A Constituição Federal 1988, Lei 9.394/96 e a legislação do Conselho Nacional de Educação, dão amplo

amparo aos educandos com dificuldades de aprendizagem relacionadas com a linguagem (dislexia).

A oferta de ensino na rede pública é garantida pela Constituição Federal, art. 208. Assim, o dislético tem os mesmos direitos dos não disléticos.

É importante destacar que o plano Nacional de Educação, lei 10.172 de 2001, capítulo 8 – da Educação Especial referente a diretriz ressalta que, a educação especial se destina a pessoas com necessidades especiais no campo da aprendizagem, originadas quer de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, quer de características como de altas habilidades, superlotação ou talentos, (...). E que o Estado, Municípios, União, devem ter uma política séria em prol de uma educação de qualidade a todos os educandos. Tal política abrange: o âmbito social, do reconhecimento das crianças, jovens e adultos especiais como cidadãos e de seu direito de estarem integrados na sociedade o mais plenamente possível e o âmbito educacional, tanto nos aspectos administrativos (adequação do espaço escolar, de seus equipamentos e materiais pedagógicos), quanto na qualidade dos professores e demais profissionais envolvidos.

Os disléticos são portadores de necessidades educacionais específicas de leitura. A escola como primeira instituição da criança, deve manter uma equipe pedagógica que acompanhe e de apoio ao dislético, dando a ele condições de seguir seu caminho, com confiança, determinação, coragem de lutar por igualdade.

As leis vieram consolidar o direito de todos os cidadãos de uma educação de qualidade, seja ele dislético ou não.

2.1.1 O DISLÉTICO NO CONTEXTO ESCOLAR

Para auxiliar o aluno em suas dificuldades a escola, deve atender e respeitar as capacidades e os limites da criança, estar informada e amparar a criança em sua dificuldade. Compreender e apoiar a criança em sala de aula, reconhecer a necessidade de desenvolver um clima de paciência, para que a crianças possam ter tempo suficiente para cumprir suas tarefas.

” Todo e qualquer empreendimento que visa a inclusão só terá bons resultados quando o diferente for aceito como parte integrante e indissolúvel do ser humano”. (Paulo Santos, 2010).

A escola tem papel fundamental no trabalho com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem. Segundo RAGONHA E GENI (2006) “há necessidade de incluir com maior ênfase a dislexia como conteúdo de grade curricular em cursos de formação de professores nas áreas de educação e saúde... todo indivíduo dislético é capaz de aprender e adquirir conhecimento, não importando sua condição social, econômica e cultural. Foi possível constatar que cada ser carrega em si o dom de ser capaz e que questões de diversas ordens interferem no seu caminho, cabendo a ele ultrapassar barreiras, vencer os limites e ser feliz. Aos educadores cabe desbloquear os caminhos, buscando mecanismos estimulantes e inovadores”. O professor é muito importante no processo de letramento dos disléticos. É fundamental a capacitação dos

profissionais e também mudanças na maneira de ministrar as aulas, e no processo avaliativo. A escola como espaço de aprendizagem e responsável pelo processo de alfabetização dos alunos. O ambiente escolar deve ser planejado e estruturado (ALVES, 2007). Conforme Carvalho explica:

Examinar a prática pedagógica objetivando identificar as barreiras para a aprendizagem é um desafio a todos nós educadores que, até então, as temos examinado sob a ótica das características do aprendiz. Suas condições orgânicas e psicossociais têm sido consideradas como os únicos obstáculos responsáveis pelo seu insucesso na escola (CARVALHO, 2000. p. 60).

Conforme citado no item acima, alguns sinais facilitam o diagnóstico como: demora na aquisição da leitura, dificuldades em cálculos mentais, dificuldades de organizar suas tarefas etc. Para ensinar crianças com distúrbios de aprendizagem, é preciso conhecer os processos educacionais. Daí resulta a importância da pré-escola, que é a época propícia para desenvolver a capacidade cognitiva da criança normal ou disléxica, através de métodos ativos e baseados na psicologia de Jean Piaget. É preciso então atender aos estágios de desenvolvimento mental da criança, sem pressa de alfabetizar, antes que ela esteja madura neurologicamente. Segundo RAGONHA E GINE (2006) “há necessidade de incluir com maior ênfase a dislexia como conteúdo de grade curricular em cursos de formação de professores nas áreas de educação e saúde... todo indivíduo disléxico é capaz de aprender e adquirir conhecimento, não importando sua condição social, econômica e cultural. Foi possível constatar que cada ser carrega em si o dom de ser capaz e que questões de diversas ordens interferem no seu caminho, cabendo a ele ultrapassar barreiras, vencer os limites e ser feliz. Aos educadores cabe desbloquear os caminhos, buscando mecanismos estimulantes e inovadores”.

Segundo o caderno pedagógico – secretaria de estado da educação (2008) “o método multissensorial facilita a leitura e a escrita ao estabelecer aspectos visuais, auditivos e cinestésicos”, surge com o objetivo de trabalhar a criança, para que aprenda a dar respostas automáticas duradouras (nomes, sons e fonemas) e desenvolver habilidades como sequenciar palavras.

Muitas escolas não estão preparadas, para receber o aluno disléxico uma vez que o professor não teve uma formação acadêmica para trabalhar com este aluno, e a maioria das escolas não possui recursos didáticos para o aprendizado deles. O diagnóstico precoce é fundamental, pois possibilita ao aluno, uma perspectiva de uma vida social ativa.

Hoje já existem professores preocupados com a aprendizagem de todos os alunos, incluindo os disléxicos buscando aperfeiçoar-se através de cursos, palestras etc., objetivando um maior conhecimento acerca de diferentes dificuldades e distúrbios que acometem a maioria dos alunos em quase todas as salas do nosso país. Faz-se necessário que o professor conheça os diferentes tipos de problemas de aprendizagem que podem aparecer em uma sala de aula, como diagnosticá-las, como trabalhar com esta criança e quais as estratégias e recursos disponíveis para transmitir o conhecimento para este ser que tem o direito de aprender com os demais.

3. PAPEL DO PROFESSOR E A ALFABETIZAÇÃO DO DISLEXICO

O professor como todos os profissionais necessitam estar em constante atualização, para que possa atender as necessidades de seus alunos. Uma vez que o mercado de trabalho busca o profissional mais bem preparado, qualificado, visando uma melhoria na educação e no ensino. A importância do diagnóstico, da metodologia da avaliação para o diagnóstico, da dislexia, deve ser realizado por uma equipe multidisciplinar, em razão de esse distúrbio ser um conjunto de dificuldades e sintomas combinados, não tendo, portanto uma característica padrão para todos os disléxicos. A criança disléxica, muitas vezes é considerada como problemática e não como uma criança que necessita de auxílio para superar o obstáculo, pois o seu comportamento pode não ser o esperado por pais e professores. É importante que os envolvidos compreendam a dificuldade dessa criança, para que seja feita as intervenções necessárias, visando à integração da criança na sociedade. O diagnóstico preciso somente pode ser realizado após a alfabetização, entre a primeira e segunda série do ensino fundamental. A contribuição do trabalho do professor é de suma importância com crianças disléxicas, este deve ter conhecimentos acerca dos fundamentos dos sistemas de escrita, linguagem, leitura, imprescindíveis para a sua formação, pois através de um método de leitura para os disléxicos e com exercícios adaptados é possível a normalização progressiva da escolaridade, podemos citar: reforçar as letras do alfabeto, cantando e dividindo-as em pequenos grupos; ler histórias que se encontram ao nível de entendimento da criança; ter a criança próxima a lousa ou a mesa de trabalho do professor, favorecendo o diálogo, o acompanhamento, criar e fortalecer vínculo. O disléxico tem um ritmo diferente dos não disléxicos, portanto, deve-se evitar a pressões de tempo. Alguns aspectos práticos podem auxiliar o professor em relação à avaliação do aluno disléxico. O professor não deve acumular conteúdos para aplicar as avaliações, preparar a avaliação individualizada. O ideal é que os instrumentos da avaliação sejam elaborados de acordo com as características do aluno disléxico, respeitar o seu ritmo, permitindo-lhe, quando necessário que a conclua na aula seguinte ou em outro lugar. Ao corrigir provas, exercícios, valorizar não somente o que está explícito com também o implícito, adaptando os critérios de correção para sua realidade. Os pais devem ajudar seus filhos em casa das seguintes maneiras: com relação à leitura, encorajar a criança a ler todo tipo de texto, notas de geladeira, livros, gravar textos para ajudá-lo, desenvolver um banco de palavras ou lista de palavras que ele erra constantemente. Essas medidas vão amenizar o desconforto em lidar com sua dificuldade e deixar a criança mais segura e a vontade. Entretanto essas ações não significam que se possa dispensar um acompanhamento ou programa especializado para sua alfabetização. Novaes (1984) trouxe uma grande contribuição no que diz respeito à reeducação do ensino das crianças disléxicas, pois o reeducador leva em conta os padrões de maturidade de cada criança, suas experiências de linguagem oral e escrita, a fim de favorecer experiências multissensoriais, além de mobilizar recursos que dinamizem na criança a descoberta da aprendizagem, através do ouvir, falar, dramatizar. Segundo NICO (2001, p.30) “não podemos diagnosticar a priori como disléxica a pessoa que, por exemplo, escreve espelhado ou troca as letras, ou confunde direita e esquerda, ou ainda tem um atraso na aquisição da linguagem”. Fica evidente que cada vez mais os profissionais de educação se dediquem ao estudo, não somente deste distúrbio, mas também de todas as dificuldades de aprendizagem, e se empenham em busca de formação

especializada para intervenção apropriada dentro da sala de aula, visando à inclusão destes alunos no ambiente escolar e social. Ao professor cabe o desafio de ajudar o aluno a elevar sua auto-estima e criar uma identificação sendo o “espelho”. Atitudes assertivas não somente darão oportunidades de colocá-lo no caminho do sucesso, como também serão lembrados com admiração, ética e exemplo de vida.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada teve como objetivo contribuir com os profissionais de educação, esclarecer que a criança disléxica pode ter uma vida escolar normal. É preciso que cada vez mais os profissionais da educação se dediquem ao estudo, não somente da dislexia, mas também de todas as dificuldades de aprendizagem, e se empenham em busca de formação especializada para intervenção apropriada dentro da escola e da sala de aula, visando à inclusão destes alunos no ambiente escolar e social. Visto que é dever da escola atuar com suporte, promovendo o desenvolvimento potencial, social e formativo dos alunos. O educador não precisa ser um conhecedor profundo da dislexia, porém é necessário ter os conhecimentos essenciais sobre distúrbios de aprendizagem, para que assim saiba como proceder para com o aluno disléxico, não tenha seu rendimento tão defasado por conta da dislexia. Mesmo sendo disléxico, o aluno poderá ser bem-sucedido em sala, desde que tenha o acompanhamento necessário, assim com as devidas orientações pedagógicas. O professor deve estar preparado para árdua tarefa de lidar com disparidades. Antes de tudo é preciso saber avaliar, saber distinguir, saber e querer mudar respeitar cada criança em desenvolvimento, habilidades, necessidades e individualidade, porque só desta forma a aprendizagem será efetiva e a escola cumprirá seu papel. A dislexia é uma dificuldade e não uma impossibilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei 8.069 de julho de 1990**, que dispõe sobre Estatuto da Criança e adolescente. Brasília: Senado, 1990. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>.

Acesso em 06 dez. 2015.

BRASIL. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado, 1996. Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextIntegral.action?id=75723>>.

Acesso em: 10 dez. 2015.

BRASIL. **Lei 10.172 de janeiro 2001**, que aprova o Plano Nacional de Educação

(PNE). Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>.

Acesso em: 13 dez. 2015.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem**: educação inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2000.

NICO, Maria Angela. **Nem Sempre que parece**: Como enfrentar a dislexia é o e os fracassos escolares. Alegro, 2001. P.22 – 30.

JOZANA, DE SOUZA. A DISLEXIA EM SALA DE AULA: A FUNÇÃO DO PROFESSOR. CIANORTE, 2011

MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Elaine Cristina Martins Bera Jesus

RESUMO

Neste artigo, iremos discorrer acerca da importância da música na Educação Infantil, considerando aspectos como o uso da memória, do raciocínio, concentração, emoção, expressividade, movimento corporal, interação da criança com o meio, a comunicação e a linguagem. Este artigo questiona o papel da música e inicia uma reflexão acerca dos benefícios que a música traz para a Educação Infantil e mostra que ela é uma linguagem importante na construção de conhecimento e favorece o desenvolvimento de diversos aspectos cognitivos, motores, sociais e afetivos.

Palavras-chaves: Arte, Música, Crianças, Educação Infantil, Desenvolvimento Infantil.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, propomo-nos a apresentar reflexões sobre a importância da utilização da música na Educação Infantil, identificar e analisar a música neste ciclo e suas contribuições na formação das crianças, com vistas à proposição de um ensino eficaz e de qualidade para as crianças com menos de cinco anos de idade.

Em contato com a música o estudante pode desenvolver disciplina e concentração. Contribui também com outras áreas do conhecimento como o raciocínio matemático e linguagens. O artigo apresenta também o papel da música na educação, como facilitadora no processo de ensino/aprendizagem. A música é capaz de transformar o ambiente escolar num lugar mais alegre, melhorando o conhecimento musical dos alunos, uma vez que a música possui valor cultural, e por isso devendo estar ao alcance de toda a sociedade. A escola deve também possibilitar aos alunos o contato com diversos gêneros,

proporcionando assim uma análise mais ampla, contribuindo para que o aluno se torne um ser social mais completo, com criticidade e sensibilidade.

O grande desafio da música na educação infantil tem sido colaborar como desenvolvimento da criança, através de uma prática contextualizada e um meio para melhorar o entendimento das atividades realizadas na educação infantil, que além de desenvolver a sensibilidade musical pode ainda desenvolver outras habilidades da criança.

Os objetivos específicos que orientaram o artigo foram entender os aspectos favoráveis que o ensino de música pode proporcionar às crianças da Educação Infantil, perceber as formas de interação da música com as demais atividades desenvolvidas e como a música pode auxiliar pedagogicamente, analisando as contribuições que o seu ensino pode proporcionar no desenvolvimento das crianças nessa fase.

MÚSICA E EDUCAÇÃO

A música se constitui como uma ferramenta modificadora incrível. De acordo com SHILARO (1990, p.21)

“Uma educação musical se adequada e bem trabalhada vai facilitar a formação do sentimento de cidadania e contribuir para que o aluno crie a consciência da importância de seu papel na sociedade. A música usa diversos departamentos do conhecimento ao mesmo tempo, como a já citada matemática e lógica, a linguagem poética, possivelmente literária, além dos elementos que remetem à física como acústica, estudos das vibrações e outros. Também de fatos históricos, geográficos e sociológicos, tendo algumas vezes embasamento político além de dar margem ao estudo do ser e questões existenciais como temáticas filosóficas. O educador pode trabalhar a música em todas as demais áreas da educação: comunicação e expressão, raciocínio lógico matemático, Estudos Sociais, Ciências e Saúde, facilitando a aprendizagem, fixando assuntos relevantes, unindo o útil ao agradável. Para atingir esse objetivo, o professor pode utilizar músicas que envolvem temas específicos como números, datas comemorativas, poesias, folclore, gramática, história e geografia. Além dessas, há canções relacionadas a habilidades: análise, síntese, discriminação visual e auditiva, coordenação viso motora”

Ao trabalhar os gêneros musicais e tendências diversas, sobre as preferências musicais, o que existe normalmente é um condicionamento que direciona o indivíduo a buscar sempre o objeto de seu conhecimento se fechando para outras formas de linguagens.

Se uma pessoa é acostumada a ouvir somente um estilo musical, certamente

ela buscará por ele, mas na medida em que se vai conhecendo mais e escutando mais outros estilos, ela vai se familiarizando, compreendendo e sentindo a intenção do compositor de criar algo assim.

De acordo com SHILARO (1990, p.21)

“O ensino da música favorece o desenvolvimento do gosto estético e da expressão artística, além de promover o gosto e o senso musical. Formando o ser humano com uma cultura musical desde criança, estaremos educando adultos capazes de usufruir a música, de analisá-la e compreendê-la”.

Para pensarmos em educação musical é necessário vê-la através da interdisciplinaridade, visando o desenvolvimento integral dos educandos.

Deve-se levar em consideração o potencial da música para desenvolver capacidades mentais, motoras, afetivas, sociais e culturais dos indivíduos, a qual se caracteriza como um importante meio para atingir determinadas finalidades educacionais.

Para MENDES E CUNHA (2004, p. 84)

“O aspecto interdisciplinar é também outro campo importante de ação para a música. Podemos por exemplo promover a integração com as ciências na forma de compreensão do fenômeno acústico, ou com o português e a história, na análise das poesias das canções. Pode também atuar junto com outras formas de expressão, como a utilização de imagens, palavras ou movimentos como pontos geradores de experimentação e criação musical”.

A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

“Se fosse ensinar a uma criança a beleza da música, não começaria com partituras, notas e pautas. Ouviríamos juntos as melodias mais gostosas e lhe contaria sobre os instrumentos que fazem a música. Aí, encantada com a beleza da música, ela mesma me pediria que lhe ensinasse o mistério daquelas bolinhas pretas escritas sobre cinco linhas. Porque as bolinhas pretas e as cinco linhas são apenas ferramentas para a produção da beleza musical. A experiência da beleza tem de vir antes”. Rubem Alves (2011)

A música é uma das linguagens mais antigas da humanidade, possui um papel importante na educação das crianças, permitindo maior desenvolvimento social, afetivo e oral, e facilitando o processo de aprendizagem do indivíduo.

Na Educação Infantil, a linguagem musical explora possibilidades de aprendizado em que a criança observe, experimente, vivencie e construa o seu próprio conhecimento, favorecendo assim o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade, do senso rítmico, do prazer de ouvir música, da imaginação, da

memória, da concentração, da atenção, do respeito ao próximo e também contribuindo para o conhecimento corporal e de movimento.

A prática do ensino de música na Educação Infantil facilita e intensifica a aprendizagem cognitiva, principalmente o raciocínio lógico, a memória, o espaço e o raciocínio abstrato.

A Educação Infantil é o momento mais indicado para se iniciar o trabalho com música, pois é possível a utilização de um lugar privilegiado para o desenvolvimento da atividade musical, onde a criança possa se expressar com espontaneidade.

Através da música é possível promover atividades onde haja a sua audição e a sua produção, interagindo com as crianças da turma para que se expressem e se comuniquem com maior facilidade com os colegas e professores.

A música é uma linguagem onde todos têm a possibilidade de aprender e apreciar os sons, variados gêneros musicais e também desenvolver habilidades musicais.

Segundo GARCIA (200, p.12)

“É importante trabalhar a música para deixar fluir, a imaginação, a intuição e a sensibilidades dos alunos, pois, só assim lhes será oferecida a possibilidade de diversidade de pensamentos linguagem. Desse modo a linguagem musical chega a ser um conhecimento que se constrói e possui estruturas e características próprias como a produção, à apreciação e a reflexão”.

A música na educação pode envolver várias áreas do conhecimento, podendo ser utilizada em todas as disciplinas da escola, enriquecendo os conteúdos aplicados em sala de aula pelos professores.

A vivência com a música desenvolve diversos tipos de expressões e também a sua apreciação, facilitando o processo de socialização. A música favorece inclusive a respiração e desenvolve a sua linguagem verbal.

O uso da música na Educação Infantil, não pode acontecer de qualquer forma, sem planejamento. A música pode favorecer um bom desenvolvimento dos alunos pois tem sido trabalhada na Educação Infantil, ao lado da linguagem oral e escritas, raciocínio lógico-matemático, artes cênicas, entre outras, com a mesma importância de aprimoramento pedagógico. Assim, o ensino de música nas escolas é uma forma de oferecer aos alunos um desenvolvimento integral.

Segundo FERREIRA (2007, P.142)

“A linguagem musical deve estar presente no contexto educativo, envolvendo atividades e situações desafiadoras e significativas que favoreçam a exploração, a descoberta e a apropriação de conhecimento. A ludicidade evidenciada nas atividades de sala de aula ou até de Educação Física possibilita que o professor oportunize a criança um programa de atividades motoras”.

Na Educação Infantil, as crianças têm necessidade de aprender através do concreto, manuseando objetos, vendo, sentindo sensações e percebendo movimentos e, ouvir música, aprender uma canção, brincar de roda, construir brinquedos rítmicos são atividades que despertam o gosto pela atividade musical, propiciando a vivência de elementos estruturais dessa linguagem.

BRESCIA (2003, p. 46) diz que,

“Ao trabalhar com diferentes sons, a criança aguça sua audição, ao acompanhar gestos ou dançar ela está trabalhando a coordenação motora e a atenção, ao cantar ou imitar sons ela está estabelecendo relações com o ambiente em que vive”.

Um professor que canta com seus alunos em sala de aula está oferecendo um tipo diferenciado de vivência. É importante destacar que a música deve estar presente na escola com o objetivo de favorecer a formação integral das crianças de hoje, refletindo sobre o seu gosto musical e firmando o seu papel social junto à comunidade a qual pertencem.

O ensino de música na Educação Infantil deve objetivar a formação saudável da criança dessa fase e, através de seus ensinamentos, permitir à criança a possibilidade de se tornar um cidadão participativo e responsável com a comunidade a qual ela pertence.

AS CONTRIBUIÇÕES DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Uma das funções básicas da escola é a de preparar os seus alunos para o futuro, para que estes possam tornar-se adultos responsáveis com o seu papel na sociedade. E a música nesse contexto escolar vai contribuir para tornar esse ambiente mais propício à aprendizagem, afinal, conforme o RCNEI (1998, p.49):

“A linguagem musical é excelente meio para o desenvolvimento da

expressão, do equilíbrio, da autoestima e autoconhecimento, além de poderoso meio de integração social”

A criança tem inicialmente seu comportamento apreendido conforme suas vivências familiares e depois as escolares.

A Educação Infantil possui uma grande responsabilidade em relação à formação do educando, visto que esse é o primeiro contato dele com um novo grupo fora do seu meio familiar, e essa adaptação exige um preparo para que se desenvolva sua capacidade de integrar-se com o outro. Portanto, a Educação Infantil destaca-se como um período importante no qual a criança constrói a base necessária para a construção de sua afetividade, socialização e inteligência múltipla, proporcionando o seu desenvolvimento integral.

Para PIAGET (1975, P.42)

“Educar é adaptar a criança a um ambiente social adulto, em outras palavras é mudar a constituição psicobiológica do indivíduo em termos de totalidade das realidades coletivas às quais, as comunidades conscientemente, atribui um certo valor. Há, portanto dois termos na relação constituída pela educação: por um lado o indivíduo em crescimento; por outro os valores sociais, intelectuais e morais nos quais o educador está encarregado de iniciar o indivíduo”.

O papel da música é contribuir com o desenvolvimento da criança, seja na área intelectual, social, motor e afetiva, e na melhoria do seu desenvolvimento cognitivo, trabalhando também através do aprendizado de um instrumento, ou da apreciação de uma canção, fortalecendo a aprendizagem, principalmente no campo do raciocínio lógico-espacial, da memória, do desenvolvimento dos sentidos, entre outros. É a partir de atividades que utilizam a música que as crianças conseguem vivenciar de forma ativa, o desenvolvimento do seu intelecto. Para SHILARO (1990, p.16)

“As atividades do ensino de música devem oferecer à criança vivências de fatos musicais, a fim de garantir que ela possa utilizar realmente linguagem musical”.

Trabalhar com os sons, por exemplo, vai propiciar que a criança aguace sua audição e também sua atenção. Além de permitir essa variedade de estímulos, a música, por possuir também um caráter relaxante, pode estimular à criança a absorver mais informações, melhor compreendê-las e, conseqüentemente,

estimular a aprendizagem.

As atividades envolvendo música oferecem à criança a possibilidade de mover-se livremente e assim conhecer melhor seu próprio corpo. O movimento tem papel importante no desenvolvimento do indivíduo, pois está aliado ao ritmo resultando assim num conjunto de atividades coordenadas.

De acordo com o RCNEI, vol. 3 (1998, p.61)

“A realização musical implica tanto gesto como movimento porque o som é também gesto e movimento vibratório, e o corpo traduz em movimentos os diferentes sons que percebe. Os movimentos de flexão, balanceio, torção, estiramento etc. e os movimentos de locomoção, como andar, saltar, correr, galopar etc., estabelecem relações diretas com os diferentes gestos sonoros”.

Ao se trabalhar atividades como dançar, cantar, imitar, bater com as mãos ou com os pés, pular e fazer gestos, a criança estará vivenciando experiências importantes, uma vez que vão favorecer o desenvolvimento das noções de rítmica, da sua coordenação motora, que são fatores importantes, pois vão contribuir também com o processo de aquisição da leitura e da escrita. Um campo muito importante no processo de desenvolvimento da criança é o que lida com a afetividade. Muitas vezes a escola não trabalha essa forma de desenvolvimento com os seus alunos, e é justamente nessa área que os benefícios da linguagem musical se mostram de maneira ainda mais nítida. Podendo ser percebida especialmente, por quem trabalha diretamente com crianças. A música faz parte da vida das crianças desde muito cedo. As canções de ninar, por exemplo, bastante utilizadas com os bebês, possibilita que através desse contato com a música eles permaneçam mais calmos, serenos e tranquilos.

Conforme SHILARO (1990, p.19)

“A música é uma linguagem expressiva e as canções são veículos de emoções, e sentimentos, e podem fazer com que a criança reconheça nelas seu próprio sentir”.

A linguagem musical se constitui como uma área de conhecimento muito importante e mesmo necessária de ser trabalhada na Educação Infantil. Pois além da já citada contribuição no desenvolvimento afetivo das crianças, também no desenvolvimento social se faz presente.

A PRÁTICA DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Em 1998, foi publicado, pelo Ministério da Educação (MEC) o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil – RCNEI (Brasil, 1998). Esse documento torna-se orientação metodológica para a Educação Infantil e o ensino de música está incluso nele. O RCNEI dá ênfase à presença da música na Educação Infantil, trazendo orientações, objetivos, conteúdos que devam ser trabalhados pelos professores. O documento apresenta orientações referentes aos conteúdos musicais e compreende a música como linguagem e área do conhecimento. A proposta do RCNEI é uma discussão sobre as práticas pedagógicas da música, sua importância enquanto área de conhecimento, possuindo conteúdos e metodologias próprias. Assim, pensar as funções do ensino de música na Educação Infantil, nos leva ao cotidiano escolar e as práticas dos professores e seus alunos, de como a música aparece e suas particularidades, suas possibilidades e linguagens. Mas ainda é necessário refletir a respeito de novas possibilidades da música na Educação Infantil.¹

Ao trabalhar a música na escola, o professor deve incentivar a criança a mostrar o que ela já conhece sobre esse assunto e ter uma postura de aceitação em relação à cultura da criança.

Ensinar música tem relação com a sensibilidade do professor em perceber que ele pode propor através de escolha das músicas, atividades musicais ou jogos musicais.

Quando falamos no processo de usar a música na Educação Infantil, temos de lembrar que as crianças usam sons de forma espontânea, cantam e criam músicas.

Na educação infantil existem várias maneiras de trabalhar a música, utilizando, ou não, materiais diversos, para que se realize um trabalho criativo e competente colaborando com a criança para desenvolver sua criatividade, socialização, expressão e também servindo de estímulo para o aluno da educação infantil aprender mais e de forma contextualizada.

É importante enfatizar que o trabalho com a música na Educação Infantil não

¹ RCNEI - Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil

se limita a cantoria em sala de aula, mas se faz necessário ouvir o que as crianças querem dizer, o que entendem e se têm alguma canção para sugerir sobre o assunto pertinente aquele momento da aula. As crianças podem contribuir com suas opiniões e sugestões de forma alegre, podendo demonstrar suas visões de mundo pela música, e o professor deve ter a sensibilidade de tratar tal música através de exercícios alegres, atraentes e pedagógicos que ajudem as crianças a se desenvolverem e a aprenderem mais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arte possui um conceito que pode variar de acordo com a época, o autor, o lugar em que se desenvolve, pois ela faz parte da cultura e, como tal, é dinâmica e diversificada. Esta esteve sempre presente na história do ser humano desde a Antiguidade até os tempos modernos e pós-modernos, servindo a finalidades diversas e se moldando ao longo dos tempos.

O ensino de artes contribui com o desenvolvimento da criatividade, criticidade, integração social, o raciocínio, a linguagem, a fantasia, dentre outras.

E dessa forma, nota-se o quanto é importante e até mesmo necessária nos currículos da educação básica.

Ao falar em música pode-se perceber que está se caracteriza como uma linguagem universal, com enorme potencial formador, pois com seu caráter interdisciplinar possibilita trabalhar com diversas áreas do desenvolvimento humano. Por tal importância, sua inclusão aos currículos de educação básica como disciplina obrigatória se põe a caminho, a fim de legitimar que essa prática se faça presente nas escolas do Brasil.

A música aliada ao ensino é entendida por muitos autores pesquisados como importante ferramenta pedagógica.

A música proporciona o desenvolvimento das habilidades e potencialidades dos alunos, pois trabalha com o corpo e com a mente, além de também deixar o ambiente mais agradável produzindo um bem-estar nas crianças e no espaço escolar. Dessa maneira, é importante que os professores despertem a conscientização para as várias possibilidades de se trabalhar a música na educação infantil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ILARI, Beatriz Senoi. Bebês também entendem de música: a percepção e a cognição musical no primeiro ano de vida. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v.7, p. 83-90, set. 2002.

MATOS, Elizete Lúcia Moreira; SANTOS, Wellington Tavares. Música na educação infantil. In: III Congresso Nacional da Área de Educação - Episteme, 2005, Curitiba. **III Congresso Nacional da Área de Educação - Episteme**. Curitiba: PUCPR, 2005.

NOGUEIRA, Monique Andries. A música e o desenvolvimento da criança. **Revista da UFG**, Goiânia, v. ano VI, n. volume 2, p. 22-25, 2004.

PIAGET, Jean. **O nascimento da inteligência na criança**. Tradução: Álvaro Cabral. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MENDES, Adriana; CUNHA, Glória. Um universo sonoro nos envolve. In: FERREIRA, Sueli. **O ensino das artes: construindo caminhos**. Campinas. Ed. Papyrus. São Paulo, 2001. p.79 – 114.

BRITO, Teca Alencar de. **Música na Educação Infantil: propostas para a formação integral da criança**. 2. ed. São Paulo, Petrópolis, 2003.

A EDUCAÇÃO COMPARADA COMO CONTRIBUIÇÃO NOS PROCESSOS FORMATIVOS DOS EDUCADORES

Angelica Annuniação Da Silva²

Resumo

A educação comparada por se tratar de uma ampla possibilidade de investigação e de procedimento metodológico para a pesquisa, fornece uma farta seara, que abrange significativamente as perspectivas investigativas no campo educacional, devido sua potencialidade de verificação das várias subáreas das ciências humanas, assim como das ciências sociais. A educação comparada, portanto, é tida como um espaço de construção do conhecimento que se estabelece na elaboração fundamentalmente na coexistência dos saberes, das culturas, das formas de ser e estar ao longo dos tempos.

Palavras-chave: educação, aprendizagem.

1. Introdução

Em se tratar de um estudo antigo como anunciam os autores, a educação comparada atualmente situa-se em um campo de debate dicotômico por se tratar da inevitável especificidade teórica que ancore metodologicamente as inquirições comparatistas. A contenda considera inclusive a dúvida se a educação comparada e o método comparatista por si só constituiriam um campo do saber e se poderiam receber o *status* de conhecimento científico (NÓVOA, 2009; FERREIRA, 2009).

Ou seja, de modo interdisciplinar ao longo da existência humana, como abordam os autores abaixo, no estudo compilado por Mason (2015):

[...] a educação comparada teve início em um período obscuro na Antiguidade, quando relatos descritivos de lições úteis das práticas estrangeiras eram trazidos pelos viajantes, por amadores que por acaso puderam observar uma situação educacional ou uma escola exótica em uma outra cultura (NOAH; ECKSTEIN, 1969). Acredita-se

² Professora Efetiva da Rede Pública Municipal de São Paulo, atualmente exerce a função de Coordenadora Pedagógica na EMEF Vinicius de Moraes. angelica_annun@hotmail.com

que isso tenha começado no Ocidente, quando clássicos gregos, como Píndaro, Heródoto e Xenofonte, e romanos, como Cícero e Júlio César, descreveram os educadores e a educação em territórios fora de suas próprias fronteiras (FRASER; BRICKMAN, 1968). Nesse contexto, as origens da educação comparada são “antigas” e mais associadas a uma arte, no sentido de que aqueles que a praticavam estavam envolvidos em práticas da aprendizagem e do ensino (HILKER, 1962). (Apud MASON, 2015 p.145)

Entre os marcos históricos da humanidade e seus acontecimentos, destaca-se a Grande Depressão de 1929, momento em que o mundo estava mudado, de um modo miserável, pelos nacionalismos de diversas latitudes, por razões de com o racismo e ressentimentos da guerra para gerar nova guerra. De acordo SOUSA (2010) os nacionalismos eram e são hoje talvez mais fortes que a lealdade entre vassallos e suseranos na Idade Média Ocidental.

O movimento econômico, deve ser considerado em se tratando das temáticas educacionais e sociais, tomemos como exemplo o antes, o durante e o depois da Segunda Guerra Mundial, um fato que culminou na necessidade de que vários países latino-americanos voltassem para si e se industrializarem (FURTADO, 2005; GONÇALVES, 2012) adotando assim ecos daqueles nacionalismos. São idas e vindas históricas de processos dolorosos na humanidade que figuram em sua maior parte o nacional desenvolvimentismo, temos então um cenário com novas investidas à industrialização e com ela as necessidades de investidas também no campo educacional ao que se refere ao ser humano inserido neste contexto em constante movimento, daí a surge a questão que norteia esta pesquisa: a educação comparada como ciência investigativa pode contribuir para as finalidades educacionais no cotidiano escolar?

Outro aspecto de grande relevância para encaminhar as discussões é o fato de que, se a industrialização continua fazendo reflexo no campo social e educacional, junto a ela é preciso considerar um outro tema, o das redes da globalização, advinda do entrelaçar das malhas do capitalismo industrial e financeiro, que ao se tornar internacional e transnacional, surgem outros “modelos” são elaborados para os países de passado colonial, entre os modelos de ser, é preciso considerar também a necessidade de um novo modelo também para a educação Carnoy (1974). O autor denuncia a educação como imperialismo cultural, crítica tão velha quanto a de Tácito, em cerca de 98 a. C.,

com a predominância e a arrogância predatória do Império Romano em relação aos “bárbaros” da Germânia. Para Nóvoa (2009, p. 24), “[...] o outro é a razão de ser da educação comparada: o outro que serve de modelo ou de referência, que legitima as ações ou que impõe silêncios, que se imita ou que se coloniza.”

Historicamente a educação comparada alarga seu desenvolvimento designadamente nos cenários dos sistemas educacionais com a finalidade de compreender seus movimentos e complexidades das bases de desenvolvimentistas na ótica da necessidade de organização das redes de ensino, buscando entender o fruto da expansão escolar, por parte dos Estados, desta forma a comparação ocorre justamente a partir da intermediação das experiência da humanidade, na construção do seu próprio sistema escolar, e então a ação do Estado, pois:

A educação comparada faz parte de um campo de poderes dentro do qual se organizam centros e periferias, constroem-se práticas discursivas que consagram sentidos e definem limites. As práticas comparativas ajudam a difundir, em nível mundial, um modelo de escola que se desenvolveu na Europa, mas que se tornaria universal: a força deste modelo mede-se pela sua capacidade de ser olhado, não como o melhor sistema, mas como o único possível ou mesmo passível de ser imaginado. (NÓVOA, 2009, p. 24).

Se a educação comparada insere-se dentro de um campo de poderes, do qual extrai-se e organizam-se centros e periferias, mas ao mesmo tempo estão presentes as práticas discursivas que permitem: **práticas comparativas** que segundo o autor ajudam a difundir em nível mundial um modelo de escola, temos aí pistas que iniciam pistas a nossa indagação inicial, pois se difundem e influenciam modelos, certamente irão refletir no cotidiano escolar, que nada mais almeja que ser olhado como único, e ser imaginado!

Ferreira (2009) afirma que a educação comparada historicamente empenhou-se em descrever os sistemas educacionais e seu desenvolvimento na ótica de vários países do mundo, tamanha tarefa era desenvolvida por pesquisadores do segmento educacional ou do ramo dos estudos da administração escolar. A forma de fazer, nos conta o autor, implicava em viagens pelo mundo com a finalidade de coletar informações que serviriam para serem aplicadas aos seus próprios sistemas de ensino, entretanto deve-se ressaltar que nem apenas para esta finalidade está a educação comparada, como

veremos a diante.

Ferreira (2009) nos chama a atenção que arte de comparar não é algo inerente da educação, da pedagogia, do campo administrativo escolar, ou de qualquer outra em específico. Também não pode ser reduzido a um procedimento metodológico inventado para se comparar somente um único sistema, no caso, os sistemas educacionais. Ressalta que, durante seu desenvolvimento os processos comparativos estiveram presentes em forma de recursos para as pesquisas em diversas áreas do conhecimento, como a história, a sociologia, o direito, a medicina, a literatura, entre outras, vejamos:

Se é certo que desde seu início a educação comparada esteve vocacionada para compreender a dinâmica dos sistemas educacionais ou de aspectos com eles relacionados por via da comparação, essa ambição não se modificou até o presente. Todavia, a educação comparada não pode deixar de ser produto de uma história e de uma sociedade. A comparação sempre deve ter marcado a evolução do pensamento humano e, por isso, sempre esteve presente na própria construção do saber. No entanto, só num período recente da história utilizaram-na de forma sistemática. (FERREIRA, 2009, p. 137).

Em aproximação do tema ao questionamento que norteia as reflexões deste artigo, é possível perceber, embora não seja de aplicação restrita somente do campo educacional, a educação comparada é caracterizada pela busca da compreensão da complexidade transformação educacional efetivamente direcionada pelo pensamento humano na construção dos saberes.

A imposição de modelos de sucesso de gerenciamento educacional a partir da importação de modelos estrangeiros também é abordado por Ferreira (2008, p. 126) afirma que:

[...] é natural a educação comparada por vezes estar condicionada por interesses pragmáticos e imediatistas daqueles que promovem as políticas educacionais; e também é natural que suscite reações daqueles que não a entendem simplesmente como uma concepção técnica, e exigem uma postura mais crítica.

Nogueira (1994), indica que a educação comparada por apresentar um caráter, sugere um debate, pois ronda a história educacional em sua amplitude, percorrendo objetivos e caminhos por diversos campos do saber, que produz e

reproduz como balizadores específicos de metodologia de estudo, por isso o risco da educação comparada provocar ações nacionais que cunhem uma característica de dependência cultural e de transferência educacional de experiências internacionais.

É preciso atentar para os cenários globalizantes, e a inevitável torna inevitável articulação de internacionalização de experiências educacionais, mas que sejam bem-sucedidas e possíveis, pois: “[...] processo de reconstrução da educação num vaivém entre as referências nacionais e os enquadramentos internacionais.” (NÓVOA, 2009, p. 30).

A expansão das formas de comparação ocorre de forma simultânea e predominante na internacionalização no que diz respeito ao processo de análises políticas e nas soluções de problemas locais, faz-se isso, mas no discurso o que sustenta é o respeito as questões inerentes, ou como procuramos nomear de forma comum no cotidiano, as especificidades da educação.

A autora não pretende de forma alguma tecer críticas negativas que desabonem os estudos advindos das comparações dos sistemas educacionais, ao invés disto, busca refinar primeiramente a sua visão entorno do assunto, e transcrever de forma clara e simples, o que a ela própria não foi negado na trajetória formativa inicial, ou seja, como pode ser mantido de fora dos currículos dos cursos de pedagogia por exemplo, assunto de tamanha relevância? Estudos estes podem contribuir com a construção formativa de conhecimento mais amplos para futuros educadores que estarão inseridos nos sistemas educacionais denominados complexos por autores que publicam seus estudos sobre a educação comparada.

Complexos sim, sabemos ser porque quando se atua, podemos sentir os reflexos da referida globalização que nos cerca, compreendemos até que de forma superficial e rasa tais reflexos refletem nada mais, nada menos os contextos econômicos, culturais, políticos e sociais. Diante disto, que precisamos é cada vez mais é buscar compreender e utilizar dos métodos e instrumentos da educação comparada para pois elas “[...] atestam a existência de modelos mundiais e de *standards* internacionais que parecem traduzir uma tendência de desenvolvimento global.” (MARCONDES, 2005, p. 152).

Compreender é o mínimo que podemos fazer, negar-se é vergonhoso, pois o próprio processo evolutivo nos proporcionou meios para apropriação em

curto prazo (se assim desejarmos), ao contrário dos primórdios, onde a única forma de acesso eram os livros, hoje, porém, não podemos lançar mão desta justificativa, para esquivarmo-nos ao menos do conhecimento sobre o que é e pra que serve a educação comparada e seus resultados. Ferreira (2008, p. 125) “[...] a educação comparada surgia, assim, num contexto histórico em que a expansão escolar e a afirmação da ciência se constituíam como pilares fundamentais do progresso, exatamente para poder contribuir para reformas educativas mais fundamentadas.”

Márquez (1972, p. 19) define que

[...] la educación comparada procura analizar y comparar las fuerzas que generan las diferencias entre los diversos sistemas nacionales de educación, ayuda a esclarecer las semejanzas y diferencias entre los diversos sistemas, al mismo tiempo que genera cierta sensibilidad para los problemas comunes y para las diferentes formas en que son resueltos bajo distintas condiciones nacionales.

A observação dos sistemas pelos moldes da educação comparada, gera uma perspectiva que contraria as lógicas tradicionais de pesquisas de comparação (talvez por isso não esteja presente nos currículos dos cursos de formação inicial de professores, como destaca a autora, até mesmo pelo seu desconhecimento até receber a tarefa de tecer este trabalho) justamente por apresentar uma concepção complexa, que permite inclusive estabelecer rupturas, pois: “vai contra algumas das lógicas tradicionais do trabalho de comparação”, ou seja, “a ideia de que o mundo é constituído por uma quantidade de sociedades regionais ou nacionais com autonomia própria e histórias distintas.” (NÓVOA, 2009, p. 47).

Nóvoa acredita que a forma de pensar a educação comparada consiste em acreditar que existem elementos que se desprendem da ideia de uma nacionalidade ou regionalidade, ou seja, perceber que existem realidades supranacionais e transfronteiriças, como é o caso da educação:

A ideia segundo a qual a educação não é uma instituição nacional, mas um componente racional de uma tecnologia mundial de progresso e de modernização, é uma consequência pesada para o trabalho comparativo. Trata-se de uma ideia que é preciso relacionar com os processos de globalização, considerada como a intensificação das relações em nível mundial de forma a estabelecer laços entre localidades muito afastadas, de tal maneira que os acontecimentos

locais são influenciados por fenômenos que têm lugar muito longe (e vice-versa). (NÓVOA, 2009, p. 48).

A ideia de componente racional tecnológico, de progresso e de modernização citado por Nóvoa, nos remete a ideia da modernização que nos cerca, nos remete também à princípios e objetivos presentes em nossas leis constitucionais e Por fim, aos direitos que neste ponto de vista, aparentam subornados, pois a medida em que vamos nos conscientizando, pesquisando, e comparando (e pesquisas como esta, tem este efeito) vamos também percebendo que não trata-se apenas de uma simples reconstrução das perspectivas sociohistóricas, mais sim de direitos que são conquistados por alguns e por outros não, saí o aproveitamento das comparações entre os dados etnográficos

Do ponto de vista teórico, estes autores [do campo da perspectiva sócio-histórica] tentam pôr em prática novas inteligibilidades, com base numa reconciliação entre a história e a comparação: é possível falar de um entendimento paradigmático, que pode conduzir os comparatistas a concederem mais atenção à história e à teoria, em detrimento da pura descrição e interpretação; aos conteúdos da educação e não apenas aos seus resultados; aos métodos qualitativos e etnográficos em vez do recurso exclusivo à quantificação e aos dados estatísticos. (PE-REYRA apud NÓVOA, 2009, p. 49).

O que podemos apreender das leituras de estudiosos sobre a educação comparada é a consonância de que o método comparatista contribui de fato para o progresso para quem busca entender os sistemas escolares mundiais, e não apenas almeja permanecer com olhar fixo nas limítrofes da própria realidade, pois os dados levantados através das pesquisas nacionais aos internacionais podem servir de interesses ao desenvolvermos o exercício não só da comparação mais como indicador de qualidade inclusive das funcionalidades das políticas centrais tomam em cada nação, de trajetórias de sucesso e fracasso nas formas de gestão educacional.

2. Metodologia

A pesquisa foi realizada a partir de análise bibliográfica em fontes referenciadas neste artigo. Não houve coletas de dados em locais físicos, como almejava a autora, nem estudo de casos, que seria de grande relevância e aprofundamento do tema.

As articulações das reflexões gerou na autora, uma inquietação e interesse mais profundo sobre a educação comparada, até mesmo porque viu-se diante de um breve descontentamento em não tê-la antes conhecido, pois sendo professora em vigência da sala de aula, pôs-se imaginar tamanho seria o aproveitamento dos estudos em especial entre seus pares, já que estão inserido numa unidade escolar, que logicamente agrega como uma célula, um significativo (no sentido de amplo, numeroso) sistema de ensino, ou seja aqui ocorre um marco de uma sucinta transformação no processo formativo, de quem vos escreve e reflete através das leituras, buscando transpô-las de forma clara o tanto quando possível.

3. Educação comparada: um elo entre o passado e o futuro

É no dia a dia da escola que professores persistem no resgate constante do passado para referenciar ou significar o presente com foco na contribuição constante para o desenvolvimento integral do indivíduo, em suas dimensões: físicas, intelectuais, emocionais, afetivas e sócias, conforme estudamos e incorporamos às nossas práticas dia após dia... A educação comparada facilita este processo, pois nos presenteia com a compilação de dados que podem ressignificar e alimentar esperanças futuras, com base em atitudes presentes, a partir de comparação, Crossley e Jarvis (2000, p. 261), afirmam que:

A significância da continuidade com o passado é, visivelmente, o tema central nos artigos desta coletânea e muitas das contribuições ecoam vários dos assuntos abordados na edição de 1977; uma demonstração da sua importância fundamental. Os mais notáveis entre eles são: a robustez multidisciplinar e de aplicação deste campo; 'as complexidades deste tipo de estudo'; os perigos inerentes à 'aplicação errônea das constatações'; a importância de análise teórica e de rigor metodológico; o potencial para orientar políticas (frequentemente despercebido ou mal compreendido); e a duradoura centralidade dos conceitos 'contexto cultural' e 'transferência educacional' para o campo como um todo. (apud MASON, 2015 p.30)

A complexidade da tipologia do estudo é um destaque no referido documento, juntamente com os perigos de sua aplicabilidade errônea, pois ao que tudo indica aplicá-la exige uma rigorosidade metódica, isso implica em um potencial para orientar políticas que não sejam mal compreendidas, pois não trata-se de uma mera transferência educacional para o campo de um todo (e este subtende-se também peculiar...), a de se considerar que:

[...] ao crescimento exponencial e à expansão do interesse em pesquisa comparativa internacional, o impacto das tecnologias digitais de comunicação, maior reconhecimento da dimensão cultural da educação, e à influência da intensificação dos processos de globalização sobre todos os aspectos da sociedade e políticas sociais no mundo inteiro. (Apud MASON, 2015, p. 30)

Em viagem a história, novamente podemos aludir ao passado, pensando que, assim como Auguste Comte (1798-1857), o filósofo e sociólogo científico positivista francês, Jullien tinha no método científico a crença em sua aplicabilidade para as questões das áreas sociais e de humanidades, e que a ciência quase positivista, da educação comparada deveria centralizar-se em acontecimentos e observações passíveis a serem determinadas de modo objetivo e coletados de maneira sistemática.

Para Jullien, uma “ciência quase positivista” de educação comparada, em que a coleta e a tabulação de “fatos e observações” feita pelas vias das ciências positivas como “artes mecânicas”, teria utilidade para a reforma educacional da Europa em um dado momento. Adverte inclusive que, nos diversos países da Europa, tanto a educação pública quanto a educação privada eram “incompletas, insuficientes, sem coordenação, chega inclusive a considerar à educação incompleta e defeituosa, com malefícios políticos e morais, cita, a corrupção e a “degradação de mentes e corações, entre outros atributos depreciativos.

A reforma e o aprimoramento da educação – a verdadeira base da edificação social, fonte primária de hábitos e opiniões, que exerce poderosa influência sobre toda a vida – são uma necessidade sentida na Europa, de maneira geral, como por instinto. Trata-se de indicar os meios para satisfazer as necessidades da maneira mais segura, mais eficiente e mais imediata (FRASER, 1964, p. 35). (Apud MASON, 2015, p. 22)

Ainda segundo Jullien, citado por Marson (2015) a abordagem metodológica que permitiria corrigir os defeitos e as fragilidades da educação e, de maneira geral, que abrangesse “a condição da educação e da instrução pública em todos os países da Europa” seria a elaboração de “sumários analíticos de informações”, coletadas por meio de uma “série de questões” – um questionário – organizada na forma de “tabelas de informações comparadas” e classificada segundo “títulos uniformes” para permitir “análises comparativas”. Tal ação implica na responsabilidade pela coleta desses fatos e dessas observações educacionais, seguidas de avaliações e busca de soluções para os problemas educacionais, “seria atribuída a homens intelectuais e ativos capazes de fazer julgamentos seguros, (e) com reconhecida conduta moral” (FRASER, 1964, p. 36-37; KALOYIANNAKI, 2002, p. 42-43). Jullien articulou da seguinte maneira esse valor reformista-meliorista de sua concepção científica “quase positivista” da educação comparada:

Esses sumários analíticos de informações sobre a condição da educação e da instrução pública em todos os países da Europa forneceriam sucessivamente tabelas comparativas do estado atual da Europa em relação a tabelas comparativas da situação educacional desse continente. Seria fácil avaliar aqueles que estão avançando; aqueles que estão ficando para trás, aqueles que permanecem inalterados; quais são, em cada país, as áreas carentes e inadequadas; quais são as causas dos defeitos internos... ou quais são os obstáculos aos avanços em relação à religião, à ética e à área social, e de que forma esses obstáculos podem ser superados; por fim, que setores em cada país oferecem melhorias que podem ser replicadas em outro país, com as modificações e mudanças adequadas para as circunstâncias e as localidades (FRASER, 1964, p. 37). (apud MASON, 2015, p. 23)

As pesquisas com educacionais com base na educação compara, nos releva e nos instrumenta para nos colocar de forma mais analítica e cuidadosa diante e dentro de um cenário que coexiste, que compreende a complexidade que ao que tudo indica, não é de responsabilidade apenas nacional dos sistemas educacionais, e nem tampouco dos demais sistemas que compõem as organizações sociais da humanidade, para tanto Castro (2013) alerta que a ausência de programas que abordem a educação comparada, a educação internacional e também o não oferecimento da disciplina de Educação Comparada no currículo dos cursos de Pedagogia (como a autoria aqui relata)

não têm estimulado a produção e a tradução de materiais na área, capazes de orientar de forma significativamente ampla o tanto quanto os estudiosos e a realidade exige (nota da autora).

4. A formação do pedagogo frente ao reconhecimento do contexto amplo a qual a educação pertence

Neste capítulo a atenção da autora volta-se para a emergente necessidade do reconhecimento, para que de fato a educação comparada reflita na educação cotidiana (onde evidentemente, aos poucos se configuram os fatos e acontecimentos escolares, inclusive históricos, que darão o “tom” aos processos educacionais) a formação do pedagogo deve ter como base o exercício docente nas distintas modalidades, sendo articuladas, com as pesquisas educacionais vigentes, e não apenas históricas como costumam se configurar os currículos dos cursos de pedagogia.

É preciso pensar que o curso de pedagogia, supostamente deve dar conta de uma tríade de atuação: professor, gestor e pesquisador, sendo que este último fortalece os dois primeiros e é o que efetivamente manterá o aprimoramento constante durante todo o percurso formativo e de atuação (e posterior se assim desejar), seria então uma visão ampliada e sofisticada (talvez utópica, pelo momento político e social que vivemos...) As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia foram consolidadas nos Pareceres CNE/CP nº 05/2005, nº 01/2006 e na Resolução CNE/CP nº 01/2006. Tais diretrizes definiram os princípios, as áreas de atuação e abrangência da formação em pedagogia. Se aplicam ao curso:

[...] formação inicial para o exercício da docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, nos cursos de ensino médio, na modalidade normal, e em cursos de educação profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais seja previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL, 2006, p. 1).

A esperança da aplicabilidade do fomento à pesquisas, como “*outras áreas nas quais seja previstos conhecimentos pedagógicos*” como já afirmamos é ainda uma utopia, por falta de investimento como é fácil prever, mas podemos imaginar (e quem sabe seja digno de uma pesquisa comparativa) por falta de

interesse por parte dos próprios docentes, até mesmo por não terem compreendido tamanha é a influência de sua prática, da responsabilidade com a pessoa humana em desenvolvimento, e que talvez esta pessoa (não se sabe o futuro de cada um) nem esteja restrita a habitar e transitar em único país (o seu de origem) e venha necessitar de saberes para alçar voos mundo a fora...

Durante o curso, e após do curso de pedagogia (ou de formação continuada) subtende-se que cada vez mais ocorra a consciência por parte docente de que ele está diante da diversidade, que assume um compromisso com uma sociedade (e que exerce um papel importante na formação de uma sociedade justa), que deve corroborar com princípio e orientações de todas as ordens que comunguem com extinção de ações de exclusões: sociais, étnico raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, necessidades Especiais, escolhas sexuais (BRASIL, 2006).

O estabelecimento de analogias ao longo dos tempos também nos permite estabelecer amadurecimento em relação às nossas práticas, pois é através das comparações que podemos perceber as diferenças e semelhanças na relação com o outro, pessoas e objeto, e neste caso podemos afirmar que podemos também reconhecer processos educacionais que foram de sucessos e outros nem tanto assim. A comparação é uma constante na produção intelectual, não apenas nos trabalhos acadêmicos, mas também nos aprendizados da vida cotidiana, segundo CIAVATA (2009) Distinguido fatos, observando as diferenças, e ainda realizando comparações como é citada neste texto:

É o próprio mundo que vem dissolvendo a tarefa do educador da mesma forma que também quase acabou com o jequitibá, com a braúna, a violeta, o jacarandá, o cedro, a peroba e já quase com a sucupira. O jequitibá, forte e eterno, simboliza o educador, tem o sentido de permanência, é para a vida inteira, utilidade em todos os sentidos; o eucalipto – descartável por natureza e quase fora da natureza – é o professor, que não mais acompanha o aluno, não mais dispõe de tempo, não mais vive o problema do aprendiz, não mais sente ou vive qualquer tarefa, um desesperado a correr de escola em escola, de classe em classe para conseguir o pão de cada dia, ou uma renda menos decepcionante. Professor já não sabe o nome do aluno; aluno já não se interessa mais pelo professor, nem de onde vem, nem para onde vai. Materiais de consumo de expediente, uns e outros. Nada mais! (Arruda, 2008)

Se é o mundo o responsável pela ação de dissolver a tarefa do educador, assim como é responsável por outras tarefas que não são descritas acima como de ordem natural, mas aparentemente envolvem a ação humana. Somos convidados a atentar para a essencial da tarefa do educador mediante ao aprendiz, que requer: que ao menos saibam seu nome, necessita que lhe seja atribuído ao menos a identidade nominal, é necessário que o professor em seu processo formativo aprenda a dar importância em descobrir como ser importante.

O discurso acima nos remete diretamente a uma abordagem que literalmente é bastante explorada nos cursos, a Abordagem Sócio-histórica, esta abordagem pode facilmente ser aproximada da educação comparada, pois o educador que se esforça em seguir ou orientar-se nesta linha, como anuncia FERREIRA (2008) onde menciona, a investigação comparativa deve partir para a compreensão, interpretando, indagando e construindo os fatos, e não restringir-se a descrevê-los:

A Educação Comparada deve afirmar-se como um saber dinâmico, Abertos metodologicamente, ciente de que a sua performance depende da atenção que prestar a outros domínios do conhecimento e da sua capacidade em acolher preocupações diversas, consciente que o seu objeto é marcado pelo percurso histórico e pelo contexto econômico-social em que se insere e, claro está, fortemente empenhado em contribuir para o melhor conhecimento da educação através da comparação de suas manifestações (Ferreira 2008, p.45)

O saber dinâmico em tudo, se compara com os discursos correntes no meio educacional, assim como nos discursos comuns sobre como considerar os aspectos socioculturais dos aprendizes. Em suma a educação comparada representa amplitude de possibilidades dentro da educação que podem apontar caminhos dos conhecimentos através de comparações de como fazer a partir das manifestações.

Há evidência empírica de que nossos países têm ingerências externas que comprometem a sua soberania. Mas, como os estudos a questão e a própria realidade histórica demonstraram, a situação de dependência revela-se como uma "unidade dialética", historicamente determinada entre classes e grupos sociais, nos países dependentes e nos países capitalistas centrais (Velloso 1985, p.75).

Ao analisar a partir da ótica política a questão empírica de denúncia a ingerência, que demonstra uma situação de dependência pois, em sentido aparentemente bastante genérico, típico do caráter dialético, como ressalta o autor, podemos imaginar uma espécie de contradição entre princípios teóricos ou fenômenos empíricos, ou da realidade propriamente dita, isto indica que o desafio para os educadores, seria além de apropriar-se das teoria, aplica-la às suas ações.

O levantamento teórico e cultural da Educação Comparada deixa evidenciado que, existem limites, mas sobretudo há muitas possibilidades de execução de trabalhos vindos de todo o mundo, tais publicações objetivam não apenas manifestar a existência de igualdades e diferenças, mas acima de tudo interpretar os processos educacionais.

Em seu desenvolvimento a educação comparada vem buscando encontrar o seu sentido, o seu objeto de estudo e os seus processos específicos de investigação. A sua aplicação prática é incontestável, à medida que, ao analisar comparativamente, por exemplo, sistemas educacionais, práticas pedagógicas, métodos de ensino, formas de financiamento, formação de professores, organizações escolares, em suma, a variada gama de possibilidade de pesquisa nos espaços escolares administrativos e pedagógicos, contribui para o entendimento destes elementos a partir da referência ao outro (Correa, 2011, p.98)

A afirmativa de que a aplicação da educação comparada é incontestável é no mínimo animadora para as práticas pedagógicas, e mais especificamente aos métodos de ensino, pois a medida em que são divulgados os resultados junto a eles são trazidos e exemplificadas formas de como os problemas foram superados, e este “como” podem vir acompanhados não somente de ações, mas de recurso utilizados, custos das ações, entre outros dados que orientem ações possíveis.

Neste sentido é fundamental a partir do método comparativo que haja a rompimento de fronteiras e expansão de visões e de conversações que encaminhem de forma um pouco mais reflexiva os processos vividos pelos homens nas instituições de ensino, cada uma como uma célula que exerce uma

função, que compõe um corpo que por sua vez também exerce funções e que de certa forma busca harmonia em seus movimentos.

5. Considerações finais

Por meio deste breve compilado de ideias, a autora reconhece que o estudo sobre a educação comparada possibilita inquietações em quem se interessa pelos problemas educacionais. Foi possível a partir das reflexões frente as pesquisas trazidas por estudiosos a respeito do tema, mesmo que no campo do desejo, imaginar as possibilidades das novas práticas a partir do exercício da comparação, da aceitação de um sistema mais dinâmico, e aqui aborda-se como sendo aceitação porque requer do educador tal atitude para que venha a ocorrer está dinâmica.

Fica da pesquisa ao menos a sensação de que a educação comparada não permanece viva apenas para que se cumpra ou se afirme o valor da história no ato de comparar, mas sobretudo para que enquanto sujeitos intimamente ligados com o acontecimento dos fatos, passemos a analisar os contextos, observando não apenas como fenômenos históricos, mas reconhecendo que estando na escola, estaremos conseqüentemente frente aos problemas que envolvem a educação e a investigação qualitativa.

A preocupação com as políticas e referências metodológicas utilizadas nas investigações, são fundamentais para a formação docente e para toda a sua prática, pois somos parte da construção da história do país (com influência de outros países) e de nosso povo (com influência de outros povos), e cabe aos sistemas educacionais se apropriar e aprender sobre estes processos de pertencimentos, tendo em mente a capacitação docente para tal.

6. Referências bibliográficas

ARRUDA, Wanderlino. **Educadores e Jequitibá**. O Jornal de Montes Claros; Crônicas

30/12/2008. Disponível em :<<http://ojornaldemontesclaros.com.br/mural/cronistas>.

asp?cronista=Wanderlino%20Arruda>acesso em: 02.nov.2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 5, de 13 de dezembro de 2005. Brasília, DF, 2005.

_____. Resolução nº 1, de 15 de maio de 2006. *Diário Oficial da União*, n. 92, seção 1, p. 11-12, 16 maio 2006.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 2, de 25/06/2015. Brasília, 2015.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2. 01/07/2015.

CASTRO, Marta Luz Sisson de. Educação Comparada no Brasil: uma análise preliminar da produção acadêmica. In: Educação Unisinos, set./dez., 2013, p. 223-231.

Porto Alegre: Unisinos, 2013.

CARNOY, Martin. *Mundialização e reforma da educação: o que os planejadores devem saber*. Brasília: MASON, 2002.

CIAVATTA, Maria e REIS, Ronaldo R. (Orgs) ***A pesquisa histórica em Trabalho e Educação. Brasília: Líber Livro, EDUA, UFAM, 2010. (Capítulo da CIAVATTA)***

CORREA, João Jorge. **Educação Comparada: Um esboço para compreender as fronteiras e os limites da comparação**. *Revista Visão Global*, V.14, n.1, p.251-272, jul./dez.2011

FERREIRA, A. G. O sentido da educação comparada: uma compreensão sobre a construção de uma identidade. In: MARTINEZ, S. A.; SOUZA, D. B. (Org.).

Educação comparada: rotas de além-mar. São Paulo: Xamã, 2009. p. 137-166.

FRANCO, Maria Ciavatta. **Quando nós somos o outro: questões teóricometodológicas sobre os estudos comparados.** *Educação & Sociedade, ano XXI, n.72,p.197-230*

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil.* 32ª ed. São Paulo: Nacional, 2005.

MARCONDES, M. A. S. Educação comparada: perspectivas teóricas e investigações. **Eccos – Revista Científica**, São Paulo, Uninove, v. 7, n. 1, p. 139-163, jun. 2005.

MÁRQUEZ, A. D. **Educación comparada:** teoria y metodología. Buenos Aires, Argentina: El Ateneo, 1972.

MASON, M.; Mason B., M; Adamson, B.:**Pesquisa em Educação Comparada:** abordagens e métodos / Mark Bray; Bob Adamson; Mark Mason (Orgs.), et all . –Brasília: Liber Livro, 2015.

NÓVOA, A. Modelos de análise em educação comparada: o campo e o mapa. In: MARTINEZ, S. A.; SOUZA, D. B. (Org.). **Educação comparada:** rotas de além-mar. São Paulo: Xamã, 2009. p. 23-62.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e. I Parte – Idade Média (Séculos XI-XV). In: RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo.

VELLOSO, Jacques. **Dependência e educação comparada.** *Educação & Sociedade.*

Revista Quadrimestral de Ciências da Educação, (22): 105-119, set./dez. 1985, p.106.



WWW.SLEDITORA.COM

WHATSAPP (11)978414455

SLEDITORA.ARTIGOS@GMAIL.COM